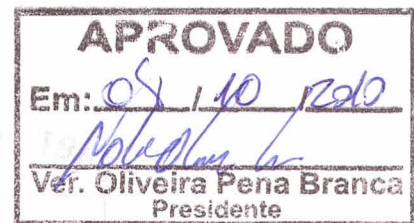


Estado do Rio Grande do Sul  
**Câmara Municipal de Vereadores**  
**Butiá**

**Projeto de Lei nº 002792/2010**



**Processo Nº 001342/2010**

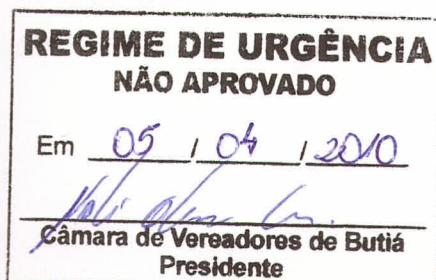
**Data: 31/03/2010**

**Promovente: EXECUTIVO MUNICIPAL**

**Assunto:** INSTITUI A TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Comissão Permanente:**

COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE



RETIRADO O  
REGIME DE URGÊNCIA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ**

Rua do Comércio, nº 580 – Fone/Fax 3652-1780  
Fone 3652-5483 – E-mail: contato@camara-butia.rs.gov.br  
www.camara-butia.rs.gov.br

**A T O Nº 001368/2010**

**INCLUI, Projeto de Lei Nº 2792, DO  
EXECUTIVO, NA PAUTA DOS TRABALHOS.**

**Ver. NOLI OLIVEIRA MORAES**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Butiá, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, de conformidade com o artigo 34, inciso I, letra "f", do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Butiá, inclui na pauta dos trabalhos, o Projeto de Lei nº 2792 do EXECUTIVO.

Outrossim, a Presidência, usando das atribuições que lhe confere o artigo 49 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Butiá, encaminha o Projeto, para as comissões, a fim de na forma regimental receber o parecer das mesmas.

Sala das Sessões, 31 de março de 2010.

  
**Ver. NOLI OLIVEIRA MORAES**  
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE  
Em, 31 de março de 2010.

  
**Ver. DEDE TINTAS**  
1º Secretário





Butiá, 26 de março de 2010.

**PROTOCOLO**  
20/03/10 09:20 h  
Zéneas Almeida  
Câmara Municipal de Vereadores  
BUTIÁ - RS

**APROVADO**  
Em: 26/03/2010  
Ver. Oliveira Pena Branca  
Presidente

SENHOR PRESIDENTE:

Pelo presente estamos encaminhando a essa Casa Legislativa, o Projeto de Lei em anexo, que Institui a Taxa de Licenciamento Ambiental e dá Outras Providências.

Para a habilitação no SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO AMBIENTAL – SIGA, existem pré-requisitos necessários que devem ser atendidos pelo município, que estão presentes na Resolução nº 167/2007 do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA. Dentre os requisitos exigidos, Butiá já possui, por exemplo, os Conselho e Fundo Municipal do Meio Ambiente, o Plano Diretor e o Plano Ambiental entre outros. Mas ainda nos faltam os chamados “Requisitos Legais” que são as legislações municipais focadas nas questões de proteção ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável, bem como da estrutura administrativa necessária para fiscalização e licenciamento ambiental. São eles os Requisitos Legais que deverão ser apreciados e transformados em Lei por esta Casa Legislativa: Lei da Política Municipal do Meio Ambiente, Lei de Criação de Cargos de Fiscal Ambiental e Licenciador Ambiental, Lei de Taxas para Licenciamento Ambiental e a Lei que institui o Código Florestal Municipal.

Tendo em vista o processo de habilitação do município no SIGA, que foi posto em curso pelo Executivo Municipal através da Secretaria de Agricultura e Proteção ao Meio Ambiente – SMAMA no ano de 2009, apresentamos o presente Projeto de Lei que tem como objetivo instituir a Lei de Taxas de Licenciamento Ambiental em âmbito municipal.

Conforme a vereadora e os vereadores poderão conferir no presente Projeto de Lei, o objetivo do Executivo Municipal não é encontrar meios de aumentar a arrecadação com a criação de tais taxas. Os valores aqui propostos servem, com inclusive é indicado pelo CONSEMA, para tão somente custear as despesas com a estrutura de fiscalização e licenciamento ambiental. O foco não deve ser arrecadatório. O maior investimento será na educação ambiental de nossos cidadãos, estimulando-os, com taxas razoavelmente baixas, a regularizarem seus empreendimentos e desta forma, preservar o meio ambiente.

Devido a importância que a municipalização do meio ambiente terá tanto em relação a preservação de nosso ambiente natural ou como atrativo não burocrático e menos oneroso que deverá atrair investimentos de ordem econômica para o município e para que possamos cumprir o prazo imposto pelo Governo do Estado para a inclusão do município no SIGA, que é dezembro de 2010, solicitamos Senhor Presidente e Senhores Vereadores e Senhora Vereadora, pela apreciação e aprovação do presente Projeto de Lei, em Regime de Urgência.

Atenciosamente,

**REGIME DE URGÊNCIA**  
**NÃO APROVADO**  
Em 05/04/2010  
Câmara de Vereadores de Butiá  
Presidente

  
PAULO ROBERTO FÉLIX MACHADO  
Prefeito Municipal





PROJETO DE LEI Nº 2792/10

**INSTITUI A TAXA DE LICENCIAMENTO  
AMBIENTAL E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

O PAULO ROBERTO FÉLIX MACHADO, Prefeito Municipal de Butiá, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica instituída nos termos desta lei, a taxa de licenciamento ambiental.

**Art. 2º** - A taxa de licenciamento ambiental tem como fato gerador o exercício regular da gestão ambiental municipal e do poder de polícia do Município em matéria de proteção, preservação e conservação do meio ambiente, e é devida pela pessoa física ou jurídica que nos termos da legislação ambiental em vigor, deva submeter qualquer empreendimento ou atividade ao licenciamento ambiental de competência municipal.

**§ 1º** - Consideram-se taxas ambientais as licenças prévias, de instalação e de operação das atividades elencadas na legislação pertinente, conforme previsto nas Resoluções nº 237/98 e 05/98 do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA

**§ 2º** - As multas decorrentes de crimes ambientais terão seus valores adotados em função da legislação federal que rege a matéria e o rito do ato administrativo serão os contidos na Lei Federal 9605/98.

**§ 3º** - Os recursos obtidos pela aplicação da presente lei serão depositados na conta específica do Fundo Municipal do Meio Ambiente.

**§ 4º** - A Secretaria Municipal de Agricultura e Proteção ao Meio Ambiente - SMAMA será a responsável pela aplicação desta lei e por sua fiscalização, bem como pela política local de meio ambiente.

**Art. 3º** - A taxa tem como base o cálculo do custo estimado da atividade administrativa de vistoria, exame e análise dos projetos e será calculada por alíquotas fixas, tendo por base a Unidade Fiscal Municipal, diferenciada em função do porte e impacto ambiental do empreendimento ou atividade a ser licenciada.

a) Para fins de identificação do porte do empreendimento ou atividade e definição do grau de impacto ambiental ficam adotados os anexos da resolução de nº 102/2005 – 110/2005 e 111/2005, do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA e alterações posteriores e os critérios utilizados na tabela de Enquadramentos de Ramos de Atividades da FEPAM – Fundação Estadual De Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler publicada no diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.

b) As alíquotas são estabelecidas no Anexo Único a esta lei.

c) Os valores das taxas expressos no Anexo Único a esta Lei, serão atualizados anualmente com base na variação da Unidade Fiscal Municipal instituída pelo Código Tributário Municipal Lei nº1647/2001, alterado pelo Art.1º da Lei Municipal nº2174/2005.



**Art. 4º** - A taxa será lançada e arrecadada no ato do protocolo do pedido ou previamente à expedição e entrega do documento pertinente ao ato administrativo objeto do pedido do contribuinte.

a) A taxa será devida tantas vezes quantas forem as licenças (Licença Prévia – LP, Licença de Instalação – LI, Licença de Operação – LO e /ou Licença Única – LU) dispensas e/ou declarações exigidas.

b) A taxa será devida independentemente do deferimento ou não da licença requerida.

**Art. 5º** - Em caso de Calamidades Públicas, e/ou razões que tenham descapitalizado os agricultores e empresários, devidamente comprovado, com laudo técnico da Secretaria da Fazenda, da Agricultura e da Ação Social poderá ser adotado como valor a ser cobrado pela respectiva taxa ambiental e do porte mínimo e grau de poluição baixo.

**Art. 6º** - Os empreendimentos agro-silvo-pastoris e os de aquicultura, cuja área seja equivalente a até 04 (quatro) módulos rurais, terão redução de 50% no pagamento das taxas estabelecidas.

**Art. 7º** - A taxa referente a renovação da Licença de Operação (LO) será cobrada em valor correspondente a 50% (cinquenta por cento), do valor previsto para a sua concessão.

**Art. 8º** - Para a plena aplicação desta Lei, sempre que for necessário, serão observadas as prescrições inscuidas no Código Tributário Nacional – CNT, Lei nº05.172, de 25/10/66. e em especial, no Código tributário Municipal, Lei nº1647/2001.

**Art. 9º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
Em,

  
PAULO ROBERTO FÉLIX MACHADO  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE  
Em,

  
DANIELA PINTO MIRANDA  
Secretaria municipal de Administração

EVERTON RIBEIRO PEREIRA  
Secretário Municipal de Agricultura e  
Proteção ao Meio Ambiente





## ANEXO ÚNICO

### LICENÇA PREVIA

**PRONAF: 1 UFM**

#### **Porte Mínimo**

- grau de poluição baixo: 3,5 UFM
- grau de poluição médio: 4,3 UFM
- grau de poluição alto: 5,7 UFM

#### **Porte Pequeno**

- grau de poluição baixo: 7,0 UFM
- grau de poluição médio: 8,7 UFM
- grau de poluição alto: 20,5 UFM

#### **Porte Médio**

- grau de poluição baixo: 25,4 UFM
- grau de poluição médio: 36,6 UFM
- grau de poluição alto: 51 UFM

#### **Porte Grande**

- grau de poluição baixo: 70 UFM
- grau de poluição médio: 80 UFM
- grau de poluição alto: 90 UFM

#### **Porte Excepcional**

- grau de poluição baixo: 110 UFM
- grau de poluição médio: 150 UFM
- grau de poluição alto: 200 UFM

### LICENÇA DE INSTALAÇÃO:

**PRONAF: 3 UFM**

#### **Porte Mínimo**

- grau de poluição baixo: 10 UFM
- grau de poluição médio: 12 UFM
- grau de poluição alto: 15,6 UFM

#### **Porte Pequeno**

- grau de poluição baixo: 20 UFM
- grau de poluição médio: 24 UFM
- grau de poluição alto: 56 UFM



**Porte Médio**

- grau de poluição baixo: 64,5 UFM
- grau de poluição médio: 102 UFM
- grau de poluição alto: 140 UFM

**Porte Grande**

- grau de poluição baixo: 230 UFM
- grau de poluição médio: 260 UFM
- grau de poluição alto: 300 UFM

**Porte Excepcional**

- grau de poluição baixo: 320 UFM
- grau de poluição médio: 350 UFM
- grau de poluição alto: 400 UFM

**LICENÇA DE OPERAÇÃO:**

**PRONAF: 2 UFM**

**Porte Mínimo**

- grau de poluição baixo: 5 UFM
- grau de poluição médio: 8,4 UFM
- grau de poluição alto: 13,4 UFM

**Porte Pequeno**

- grau de poluição baixo: 10 UFM
- grau de poluição médio: 17 UFM
- grau de poluição alto: 48 UFM

**Porte Médio**

- grau de poluição baixo: 36 UFM
- grau de poluição médio: 73 UFM
- grau de poluição alto: 131 UFM

**Porte Grande**

- grau de poluição baixo: 120 UFM
- grau de poluição médio: 200 UFM
- grau de poluição alto: 400 UFM

**Porte Excepcional**

- grau de poluição baixo: 300 UFM
- grau de poluição médio: 500 UFM
- grau de poluição alto: 900 UFM



**LICENÇA FLORESTAL:**

- Descapoeiramento em propriedades com área menor ou iguais a 25 ha: 1,4 UFM
  - Descapoeiramento em propriedades maiores de 25 há:  $1,4 + 0,2/\text{há}$ ; UFM
  - Manejo de florestas nativas, através do corte seletivo: 1,4 UFM
  - Exploração de florestas plantadas com espécies nativas e exóticas: 1,4 UFM
  - Aproveitamento de árvores em caso de calamidade pública causada por fenômenos naturais: 1,4 UFM
  - Manejo de vegetação para a implantação de obras ou atividades: 1,4 UFM
  - Manejo de arborização urbana: 0,2 UFM/100m<sup>2</sup>
  - Podas de espécies imunes ao corte ou outras: 0,1 UFM/espécie florestal
  - Transplante de espécies imunes ao corte ou outras: 1,4 UFM/espécie florestal
  - ATPFM: Isento
- Declarações: 1,5 UFM
- Autorizações: 5,6 UFM
- Atualizações de L.O: 1,9 ufm
- MTR.: 5,5 UFM





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ  
Rua do Comércio, nº 580 – Fone/Fax 3652-1780  
Fone 3652-5483-E-mail: [contato@camara-butia.rs.gov.br](mailto:contato@camara-butia.rs.gov.br)  
[www.camara-butia.rs.gov.br](http://www.camara-butia.rs.gov.br)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

Parecer Projeto de Lei nº 2792/2010 - DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

Considerando o Projeto 2792/2010, que INSTITUI A TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Informamos que o Projeto em análise não apresenta vício de **inconstitucionalidade**, estando assim de acordo com as Leis vigentes e **apto a ser apreciado** pelo plenário desta Casa Legislativa.

É o parecer.

Butiá, abril de 2010.

Eliseu Andrin  
Presidente/Relator

Paulo Rogério Lopes  
Secretário

Guilherme Machado  
Integrante



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ  
Rua do Comércio, nº 580 – Fone/Fax 652-1780  
Fone 652-5483 – E-mail: [contato@camara-butia.rs.gov.br](mailto:contato@camara-butia.rs.gov.br)  
[www.camara-butia.rs.gov.br](http://www.camara-butia.rs.gov.br)

Comissão Permanente de Finanças, Orçamento, Fiscalização e  
Controle

Data: 30/09/10

Parecer ao Projeto de Lei nº 2792/2010

Considerando o Projeto de Lei nº 2792/2010 do executivo que institui a taxa de licenciamento ambiental e dá outras providências, manifestamo-nos pela apreciação do referido projeto visto que o Projeto tem previsões legais e orçamentárias e esta em consonância a legislação vigente.

Butiá, 30 setembro de 2010.

Ver. Dedé Tintas  
Presidente Relator

  
Ver. Daniel Almeida  
Secretário

  
Ver. Aleemar Fontoura Rott  
Integrante